

DIARIO DE NOTICIAS		COMERCIO DO PORTO	
SÉCULO	19. OUT. 1974	DIARIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIARIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTICIAS		REPÚBLICA	

PONTOS DE VISTA...

Do presente para o futuro

por Miguel Urbano Rodrigues

A história nunca se repete. Mas há emoções, nas breves existências humanas, que quase se repetem. Ontem, contemplando monumentos de Lisboa, numa viagem de volta à juventude e à história do nosso povo, esforçava-me por ordenar ideias e sensações que se misturavam no tempo. Olhava as pedras brancas dos Jerónimos e elas devolviam-me, sempre e cada vez com maior nitidez, dois momentos de vida.

Revia-me, primeiro, num oásis do deserto peruano, em Cerro Blanco-Unanue. Foi em Dezembro do ano passado. Um general, Leónidas Rodríguez, atacava o imperialismo, denunciava as manobras da C.I.A. advertia a grande burguesia, proclamava a sua confiança nos destinos de uma revolução democrática e nacional. Falava aos participantes de um Encontro de Trabalho Voluntário. A Revolução chegava até mim nas palavras e no cenário. Estávamos sentados no relvado da sumptuosa mansão da antiga hacienda transformada em cooperativa. Estudantes de Lima, camponeses da região, mineiros vindos das lonjuras da cordilheira escutavam e aplaudiam, apresentavam queixas e formulavam sugestões. Sentiam, como eu, que aquele general era também povo, que ligara a sua sorte ao povo e ao avanço da revolução, que falava a linguagem do povo. Lembrou-me de que, no final, abracei Leónidas Rodríguez comovido. Pensava no meu Portugal distante, no fascismo, na guerra colonial, nos companheiros, nos generais do meu País. O contraste doía-me por dentro.

Sob o reinado de Salazar, quando pela primeira vez vesti uma farda, ensinaram-me que as Forças Armadas eram uma escola de virtudes. Não era verdade. Em Portugal elas tinham sido convertidas numa escola de deformações e frustrações. Mas o impossível tornou-se real no dia 25 de Abril. E, num luminoso dia de Outono, eu podia, sem a amarga melancolia do exílio, recordar o Peru revolucionário e as palavras de um general que vinha do povo, chegava ao povo e vivia para o povo. No meu próprio país podia ouvir militares falando uma linguagem semelhante. As palavras de Leónidas Rodríguez fundiam-se no meu espírito com as de Vasco Gonçalves. Em Belém, eu fazia a ponte entre Cerro Blanco e a Lisboa de 29 de Setembro, e recordava trechos da mensagem do Primeiro-Ministro de Portugal. O que sempre fora sob o fascismo, ganhava a força de uma verdade histórica. As Forças Armadas, retomando a sua vocação, voltando às origens, colocam-se a serviço do povo português.

Na longa noite que precedeu a derrota da intentona fascista de Setembro, a certeza da vitória sobre os conspiradores da «maioria silenciosa» nunca abandonou o peito daqueles que se mobilizaram para lhes barrar o caminho. Mas nem por isso é menor o significado dos actos e palavras que nesses instantes decisivos marcaram a tomada de posição dos homens do M.F.A. Vasco Gonçalves falou, mais tarde, por todos. Disse com meridiana clareza que o passado de ignominia não voltará.

O fascismo falava-nos de uma história sem hoje nem amanhã: apenas tinha um ontem, reinventado e distorcido. Em nome dos mitos, justificava a fusão do Estado e das Forças Armadas num complexo monolítico que encobria o monopólio da economia e do próprio Estado por grupos nos quais os interesses financeiros são indissociáveis dos políticos e dos militares. Prisioneiras, elas também, de uma engrenagem trituradora, as Forças Armadas desempenhavam, humilhadas, o papel que lhes fora atribuído nu-

ma peça de actores mascarados. Comportavam-se como aquelas figuras enigmáticas a que alude Octávio Paz. Sabiam o que os seus actos significavam, mas escapou-lhes durante muito tempo a significação da peça em que intervinham como protagonistas.

O despertar do pesadelo foi tão amassado em angústia que levou a uma tomada de consciência geradora da lucidez que aponta hoje o rumo do autêntico patriotismo. A retórica grotesca da direita perdeu todo o poder misticificador. Nunca iludiu o povo; agora não consegue mais confundir as Forças Armadas. Por muito que envernize a forma, a reacção não descobriu o processo mágico para esconder a face e os fins. Quer manter tudo aquilo que o povo deseja ver destruído, reconstruir o que o povo e o M.F.A. desmantelaram em seis meses. Sonha com a recolonização do «Império», com uma nova P.I.D.E. e autos-de-fé para os comunistas. Luta e lutará até ao fim para impedir a instauração de um regime democrático; a liquidação do poder dos nobilíssimos e um desenvolvimento que não assente na exploração do homem; uma reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha; a democratização da cultura; a libertação de Portugal do imperialismo; a plena independência dos povos das colónias; e uma política de paz e amizade com todos os povos do Mundo. Interpreta a história como se ela fosse uma abstracção manipulada por uma minoria, e opõe-se a que o povo a modele com suas próprias mãos.

É por isso mesmo que o eco do NÃO de Vasco Gonçalves, no 29 de Setembro, ganhou tamanha ressonância. Nesse dia e no 5 de Outubro, o Primeiro-Ministro restituiu às palavras aquele significado que, sendo seu, não lhes costuma ser emprestado em política pelos que, no exercício do poder político, as manejam.

Não teve medo de uma linguagem que, por precisa e dura, costuma assustar. Recorrendo a ela, tornou-se povo, chegou ao povo, incutiu confiança ao povo. Usou a linguagem que, ao nível do Estado, era o complemento necessário de um momento de história. Fez o difícil: dizer o que todos sentíamos, denunciar a gravidade de uma conspiração cujas raízes mergulhavam no próprio aparelho do Estado.

Desfaldar as bandeiras de uma revolução e reduzir conquistas imaginárias a um verbalismo pseudo-revolucionário é muito fácil; mas agir de modo a que as palavras e as atitudes traduzam a «praxis» de um processo orientado para transformações revolucionárias não o é. É muito menos quando aqueles que enfeixam nas mãos alavancas mestras do Poder político são militares que acumulam a tarefa complexa de realizar a política, na prática diária, e estudá-la, simultaneamente, como ciência.

Como comunista, é para mim duplamente gratificante redescobrir Portugal. Por verificar que a estrada da democracia está sendo aberta mercê do esforço unitário; e por comprovar que a indispensável colaboração dos comunistas na batalha pela edificação do futuro é aceite e reconhecida por oficiais que, não sendo comunistas, respeitam o P.C.P. e sabem avaliar as qualidades, a sinceridade de propósitos e o patriotismo dos dirigentes e militantes comunistas.

A irracionalidade das campanhas anticomunistas e o ódio e o fanatismo que nelas punha o fascismo produziram um resultado inverso ao que Salazar & Cia pretendiam. O povo nunca se deixou envenenar pela montanha

de colónias. Mas quando os comunistas saíram da clandestinidade, do exílio e das prisões para a luz do dia, foi todo o País que descobriu a evidência. Os «traidores», os «renegados», os «monstros sanguinários» eram patriotas que durante meio século se tinham batido contra o fascismo. Eram combatentes da liberdade que haviam lutado com coragem exemplar contra o terror salazarista, contra a opressão colonialista, contra a exploração do homem e por uma democracia autêntica, por um Portugal que fosse realmente dos portugueses. Os comunistas não pediram privilégios, não disputaram empregos, não se pavonearam como heróis, não pretenderam impor à Nação, às Forças Armadas, as suas ideias, o seu projecto de sociedade. Trabalharam pela unidade, bateram-se pelo cumprimento fiel do Programa do M.F.A. — plataforma das transformações correspondentes a uma fase de mudança, e confluência de todas as correntes de opinião democráticas.

A campanha anticomunista desarticulada pelas forças da reacção, reorganizadas, chocou-se com a natural repulsa das massas. Pelo seu comportamento, o P.C.P. demonstrou que não tem duas caras. A sua imagem, limpa, confunde-se com a luta do povo pela democracia. Em 48 anos de fascismo ninguém sofreu mais do que os comunistas, ninguém foi mais atacado, ninguém se bateu com tanto desinteresse por recompensas materiais.

* * *

Portugal está adquirindo consciência de uma singularidade que o fascismo afirmava com palavras e negava pelos actos. A aliança entre as forças populares e o M.F.A. é um dos aspectos mais assinaláveis dessa singularidade portuguesa. A Europa Ocidental nunca presenciou fenómeno semelhante. Não há fosso entre o povo e os soldados dele saídos: existe uma comunhão profunda, uma coincidência de objectivos. Essa realidade muda a imagem do País, muda os homens por dentro, abre uma perspectiva insondável mas radiosa para o futuro. Destruídos os mitos, rompidas as barreiras que tolham a criatividade, a Nação, confiante de que «o seu destino não será decidido nas costas do povo», compreende o que nela há de

específico e medita sobre fórmulas que concretizam essa especificidade. O major Melo Antunes falava-me há dias, ambiciosamente, durante uma recepção diplomática, do papel de Portugal como elo entre uma Europa Ocidental, egoísta e desumanizada pelo círculo vicioso do consumo-lucro e as sociedades subdesenvolvidas da África e da América Latina. Não aludia apenas à procura de novas formas de convívio, lá mais longe. Pensava em termos de soluções pioneiras, de um diálogo diferente, eliminador de abismos de justa desconfinça existente entre os ex-oprimidos e os antigos opressores (artífices do neocolonialismo). Era quase a antevisão de uma humanidade futura, mestiza e integrada, um prólogo ao amanhã longínquo.

Esse tipo de ambição não me choca. Não sinto o menor acanhamento em confessar admiração e respeito por homens como Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vitor Crespo, Vitor Alves — e cito tais exemplos pela sua própria diversidade na unidade — ou tantos outros oficiais do M.F.A., muito embora, na longa duração da história, a minha visão do mundo e de Portugal não coincida, no tocante a muitos problemas, com a desses soldados patriotas. Eu os vejo como filhos do povo em uniforme, como trabalhadores intelectuais fardados, que encaram as Forças Armadas como instrumento de soberania sim, mas também como alavanca ao serviço da criação de uma sociedade democrática.

As proposições últimas de todas as revoluções encerram sempre uma margem de utopia. Não seria, portanto, correcto criticar aquilo de que discordamos, quando a soma das concordâncias é decisiva para a colimação de fins comuns e essenciais.

A sociedade não é uma unidade indivisível. Há nela um dualismo que todas as sociedades opressivas aspiram a resolver, transformando-se em comunidades com uma ordem final harmoniosa. Estamos, porém, longe dessa meta. O sentido que a história tinha para Marx — a reconquista do homem como indivíduo sobre todas as forças desumanas geradas no meio da escassez — é um objectivo distante em Portugal. Esse é mais um motivo para que todos, civis e militares patriotas, nos unamos para destruir o que resta da herança fascista e aprofundar as conquistas de uma revolução democrática e nacional poderosa e criadora.